

DEPRESSÃO DO AGRESSOR E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

AGGRESSOR'S DEPRESSION AND DOMESTIC VIOLENCE

DEPRESIÓN DEL AGRESOR Y VIOLENCIA DOMÉSTICA

Sergio Ricardo Duarte¹

Resumo

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão é um transtorno que afeta mais de 264 milhões de pessoas no mundo. As causas da depressão incluem interações complexas de fatores sociais, psicológicos e biológicos. Ainda segundo a OMS, a incidência de depressão é maior entre as mulheres do que entre os homens. Entre os diversos sintomas relacionados à depressão está a agressividade. Dessa forma, o presente artigo questiona se a violência doméstica não poderia ser desencadeada por uma depressão do agressor. Para identificar o que a ciência já sabe sobre o assunto foi realizada uma revisão sistemática da literatura junto a quatro banco de dados, SciELO, EBSCO, LILACS e Redalyc, utilizando os descritores “violência doméstica”, “depressão” e “cultura”. Como resultado, foram analisados 721 artigos publicados no Brasil, em português, entre os anos de 2016 e 2020, dos quais somente um deles discute a condição psicológica do agressor. Dessa forma, sugere-se que pesquisas empíricas sobre o tema sejam realizadas.

Palavras-chave: violência doméstica; depressão; cultura.

Abstract

According to the World Health Organization (WHO), depression is a disorder that affects more than 264 million people worldwide. The causes of depression include complex interactions of social, psychological, and biological factors. Also, according to the WHO, the incidence of depression is higher among women than among men. Among so many symptoms related to depression, is aggressiveness. Thus, the present article questions whether domestic violence could be triggered by an aggressor's depression. To identify what science already knows about the subject, a systematic review of the literature was carried out within four databases, SciELO, EBSCO, LILACS and Redalyc, using the terms “domestic violence”, “depression” and “culture”. As a result, 721 articles published in Brazil, in Portuguese, between the years 2016 and 2020 were analyzed, one of which discusses the aggressor's psychological condition. Therefore, it is suggested that empirical research on the topic should be carried out.

Keywords: domestic violence; depression; culture.

Resumen

Según la Organización Mundial de la Salud (OMS), la depresión es un trastorno que afecta a más de 264 millones de personas en el mundo. Las causas de la depresión incluyen interacciones complejas de factores sociales, psicológicos y biológicos. Aún de acuerdo con la OMS, la incidencia de depresión es mayor entre las mujeres que entre los hombres. Entre los diversos síntomas relacionados a la depresión está la agresividad. De esa forma, el presente artículo cuestiona si la violencia doméstica no podría surgir por una depresión del agresor. Para identificar lo que la ciencia ya sabe sobre el tema, se realizó una revisión sistemática de la literatura junto a cuatro bancos de datos, SciELO, EBSCO, LILACS y Redalyc, utilizando los descriptores “violencia doméstica”, “depresión” y “cultura”. Como resultado, se analizaron 721 artículos publicados en Brasil, en portugués, entre los años de 2016 y 2020, de los cuales solamente uno de ellos discute la condición psicológica del agresor. De esa forma, se sugiere que se realicen investigaciones empíricas sobre el tema.

Palabras clave: violencia doméstica; depresión; cultura.

¹ Professor do Curso de Psicologia do Centro Universitário Maurício de Nassau. E-mail: sergio.psicologia75@gmail.com.

1 Introdução

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019), a depressão é um transtorno que afeta mais de 264 milhões de pessoas no mundo. As causas da depressão incluem interações complexas de fatores sociais, psicológicos e biológicos. Tratamentos psicológicos e farmacológicos existem para depressão moderada e severa, entretanto, nos países de baixa e média renda, o tratamento e os serviços de suporte para depressão são precários. Ainda segundo a OMS, uma estimativa de 76 a 85 por cento das pessoas que sofrem de transtornos mentais nesses países não tem acesso ao tratamento que precisam.

Assim como suas causas, os sintomas da depressão também são diversos. No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-V (APA, 2014), os transtornos depressivos incluem: transtorno disruptivo da desregulação do humor; transtorno depressivo maior (incluindo episódio depressivo maior); transtorno depressivo persistente (distímia); transtorno disfórico pré-menstrual; transtorno depressivo induzido por substância/medicamento; transtorno depressivo devido a outra condição médica; outro transtorno depressivo especificado e transtorno depressivo não especificado. Dessa maneira, a pergunta norteadora do presente artigo deseja identificar as pesquisas que relacionam depressão, como uma condição do agressor, e violência doméstica. Assim, o subtipo de depressão que mais contribui para esse estudo é o Transtorno Disruptivo da Desregulação do Humor.

Tal transtorno apresenta, segundo o DSM-V (APA, 2014), os seguintes sintomas: a) explosões de raiva recorrentes e graves manifestadas pela linguagem e/ou pelo comportamento que são consideravelmente desproporcionais em intensidade ou duração à situação ou provocação; b) as explosões de raiva são inconsistentes com o nível de desenvolvimento; as explosões de raiva ocorrem, em média, três ou mais vezes por semana; o humor entre as explosões de raiva é persistentemente irritável ou zangado na maior parte do dia, quase todos os dias, e é observável por outras pessoas. Assim, pode-se questionar se, em relação à violência contra a mulher, parte dos agressores não sofrem de depressão, especialmente do Transtorno Disruptivo da Desregulação do Humor.

No campo da violência contra a mulher, o Brasil conquistou leis consideradas entre as melhores do mundo para a defesa das mulheres. Entretanto, apesar dos esforços e da maior conscientização da sociedade, a violência se mantém estável e crônica. A quarta edição da Pesquisa Visível e Invisível, publicada em 2023 pelo Datafolha e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, revelou que 28,9% das mulheres sofreram algum tipo de violência ou

agressão no ano de 2022, demonstrando um aumento de 4,5 pontos percentuais em relação ao ano anterior (Datafolha, 2023).

Ainda há questões culturais para se discutir. A sociedade em geral, se caracteriza pela opressão (Arriazu, 2000). Todas as instituições, as estruturas ou as pessoas, dominam ou são dominadas em função da etnia, classe social, religião, idade ou sexo. O sistema de dominação e subordinação mais opressor é o de gênero, também chamado de patriarcado. Foi a primeira estrutura de dominação e subordinação da história e ainda hoje segue sendo um sistema básico de dominação, o mais poderoso e duradouro, de desigualdade e o que menos se percebe como tal (Arriazu, 2000).

Poderíamos definir patriarcado como a relação de poder direta entre os homens e as mulheres, na qual os homens, que têm interesses concretos e fundamentais no controle, uso, submissão e opressão das mulheres, leva a cabo efetivamente seus interesses. Essa relação de poder provoca desigualdade entre os dominadores — os homens — e os subordinados — as mulheres (Arriazu, 2000). Assim, para realizar o objetivo da presente pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica usando um levantamento dos artigos entre 2016 e 2020, nas bases de dados SciELO, EBSCO, LILACS e Redalyc, utilizando os descritores “violência doméstica”, “depressão” e “cultura”.

Além do levantamento de dados, serão discutidos os temas da violência doméstica, da agressividade como sintoma da depressão e os elementos da cultura que estão relacionados à violência doméstica.

2 O fenômeno da violência doméstica e seus agentes

A origem etimológica da palavra violência vem do latim *viotentia*, “veemência, impetuosidade”, de *violentus*, “o que age pela força”, provavelmente relacionada a *violare*, “tratar com brutalidade, desonrar, ultrajar”². Definições precisas de um fenômeno são essenciais para o desenvolvimento científico. Uma definição de violência deveria ser completamente capaz de compreender a exclusão de comportamentos como acidentes e autodefesa, e a inclusão de comportamentos como abuso de crianças, ofensas sexuais e homicídios.

Pesquisas sobre violência produziram várias e, às vezes, conflitantes, definições sobre violência que podem ser organizadas em quatro áreas gerais: abordagem exemplar,

² Fonte: site de Etimologia *Origem da Palavra*

abordagem sociopsicológica, abordagem da saúde pública e abordagem de pesquisa animal. Cada uma dessas abordagens tem pontos fortes e limitações, mas para distinguir completamente violência dos outros comportamentos se faz necessário incorporar elementos de todas elas.

Uma definição ampla de violência inclui quatro elementos essenciais: comportamentos que são (a) intencionais, (b) indesejados, (c) não essenciais e (d) prejudiciais. Muitos problemas na área são causados, no mínimo em parte, pela falta de atenção com as definições, tais como minimização da violência sexual, *bullying*, e outros comportamentos que não são mapeados em exemplos prototípicos. Definições mais precisas de violência podem melhorar a vigilância, promover identificação mais precisa de causas e consequências, melhorar a avaliação dos resultados do tratamento e direcionar o desenvolvimento de programas de prevenção, entre outros benefícios.

A Organização Mundial de Saúde (OMS, 2012, p.11) define violência doméstica, ou violência do parceiro íntimo como “Comportamento dentro de uma relação íntima que causa danos físico, sexual ou psicológico, incluindo atos de agressão física, coerção sexual, abuso psicológico e comportamentos controladores”. No entanto, para o propósito dessa pesquisa, será utilizada a definição de violência doméstica e familiar contra a mulher da lei Maria da Penha, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006: “Qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006).

Nas pesquisas realizadas com a população em geral sobre violência sexual, pergunta-se aos pesquisados se eles sofreram algum tipo de abuso. Diversas ferramentas práticas foram desenvolvidas para permitir a identificação de abuso. O instrumento da OMS possui um conjunto de perguntas principais que foram utilizadas em muitos países de forma comparável, com a introdução de variações de acordo com as necessidades locais, em alguns países³ (OMS, 2012). O abuso físico, sexual e emocional, bem como comportamentos controladores pelo parceiro íntimo geralmente tem início na adolescência, muito frequentemente no âmbito do casamento. Tal violência é na maioria das vezes cometida pelos homens, entretanto a violência pelo parceiro íntimo pode ser também cometida por mulheres contra homens e pode ocorrer no âmbito de relações com o mesmo sexo (OMS, 2012).

³ O conjunto de perguntas principais e as variações relacionadas com a violência doméstica podem ser acessados em: www.who.int/gender/violence/who_multicountry_study/en/

Os agressores são provenientes de lares nos quais a violência física e verbal diante dos filhos são frequentes, batem em qualquer situação e os ameaçam para conseguir as atitudes desejadas. Pais ausentes e/ou negligentes contribuem para a formação de um indivíduo com extensa confusão mental. Filhos de famílias violentas provavelmente se tornarão violentos e gerarão famílias violentas, pois entendem a violência como algo natural (Atala; Amaral, 2005). Um estudo realizado em um presídio de Brasília, apontou que a desestruturação familiar é decisiva como fator de violência. Outro estudo, mostrou que o desemprego, o uso de drogas e a falta de formação escolar marcam os núcleos familiares que são enviados à justiça (Atala; Amaral, 2005).

Na periferia das grandes cidades, a criança nasce em um local onde matar e bater é um modo aceitável de solucionar problemas e, assim, crescem com uma tendência maior à violência. Uma dessas tendências, é uma vivência cotidiana atravessada pela violência (Atala; Amaral, 2005).

A suspeita de uma traição amorosa, as desconfianças de uns em relação a outros, imposição de regras de comportamento mal aceitas por um ou algum dos residentes, a irritação diante de uma criança que chora, são cenários que constroem oportunidades de confronto verbal violento que, vez ou outra, ultrapassa os limites do tolerável e culmina com a supressão física de alguém (Atala; Amaral, 2005, p. 5).

Há ainda, relatos de agressão devido à negação de manter relações sexuais com seus companheiros, intenção de pedir separação judicial, negação de reconciliação, bem como questões banais como deixar o gás acabar, o jantar não estar pronto, pedido de dinheiro para comprar alimentos ou pagar as despesas da casa (Izumin *apud* Atala; Amaral, 2005). Izumin ainda relata que na fase policial os agressores afirmam que não houve agressão ou não se lembram do que aconteceu por estarem bêbados. Algumas vezes usam argumentos como defesa da honra, ciúme obsessivo, violenta emoção ou até negam o fato por estarem alcoolizados.

A bebida desencadeia um alto grau de agressividade que estava reprimida, descarregando em sua companheira suas incompetências e insatisfações. No meio socioprofissional são inseguros e para suprir essa insegurança, impõe-se sobre a mulher (Atala; Amaral, 2005, p. 6).

Assim, a violência contra as mulheres é uma experiência generalizada em todo o mundo e com sérias implicações para a saúde pública. Essa violência pode levar a traumatismos, incapacidades e óbitos, além de uma variedade de problemas de saúde como mudanças fisiológicas devido ao estresse, falta de controle sobre a fertilidade ou uso de

substâncias. Também são identificadas altas taxas de gravidez não desejada, de abortos, infecções sexualmente transmissíveis e transtornos mentais nas mulheres que sofreram abusos.

Um estudo da Organização Mundial da Saúde (2012) realizado em 11 países, evidenciou que algo entre 15% e 71% de mulheres, dependendo do país⁴, sofreram violência física ou sexual por parte do parceiro íntimo. A violência pelo parceiro também pode ser fatal. Estudos da Austrália, Canadá, Israel, África do Sul e Estados Unidos identificaram que 40% a 70% dos homicídios femininos foram cometidos pelos parceiros íntimos. Apesar da abrangência do problema, diversas mulheres não relatam suas experiências e não buscam ajuda e, por isso, a violência contra as mulheres se mantém como um problema oculto com custos humanos e de atenção em saúde elevados (OMS, 2012).

A agressão pode ser iniciada por homens que sentem que eles devem comandar o poder diádico e se sentem frustrados por sua incapacidade de comandar tal poder. Em relações discrepantes de poder, em que o homem é subordinado a sua esposa em alguns aspectos, o homem pode recuperar algum poder pelo uso do domínio físico (Babcock *et al.*, 1993).

Pesquisas sobre relações de poder dentro da família se proliferaram nas últimas décadas, mas não informaram claramente aos cientistas sociais como o poder conjugal se relaciona à violência doméstica. O poder marital provou ser uma construção extraordinariamente difícil para os cientistas sociais medirem. Esse problema de medição surge porque o poder não é unidimensional, além disso, a literatura sugere que existem quase tantas definições de poder em relacionamentos íntimos como existem pessoas que estudam o tema. Embora muitas variáveis possam estar teoricamente relacionadas ao poder conjugal, não está claro se existe uma construção empiricamente coesa do poder conjugal (Babcock *et al.*, 1993).

A pesquisa sobre o poder conjugal foi impedida por problemas metodológicos e falta de definições conceituais de poder. Muitos estudos de poder conjugal focaram-se exclusivamente no domínio do resultado de poder, comumente avaliado por autorrelato de quem faz decisões, como qual carro comprar ou como passar o tempo com amigos. Alguns estudos foram avaliados por observação direta e indicativos comportamentais do poder

⁴ No Brasil, a prevalência da violência física, sexual, ou ambas, pelo parceiro íntimo em mulheres entre 15 e 49 anos de idade durante a vida chega a aproximadamente 40% da população (OMS, 2012).

diádico. Estudos comparando autorrelatos de poder de decisão com observação direta do comportamento mostraram pouca correspondência (Babcock *et al.*, 1993).

É importante considerar o contexto sócio-histórico mais amplo no exame de bases de poder e violência doméstica. Historicamente, foi considerado um aspecto necessário do casamento conjugal a obrigação de controlar e castigar sua esposa com o uso da força física. Sociólogos indicam que a hierarquia de poder sexista entre homens e mulheres é a principal contribuinte para a violência contra as mulheres. No entanto, nem todo homem, mesmo dentro de uma cultura patriarcal, bate na parceira. Desafios reais ou percebidos à posse, autoridade ou controle, do homem geralmente resultam no uso de violência (Babcock *et al.*, 1993).

O efeito das bases do poder econômico na violência doméstica foi examinado. Em uma pesquisa aleatória com mulheres do Kentucky, pesquisadores encontraram que as mulheres com empregos que eram mais elevados do que os empregos dos maridos eram muito mais propensas a sofrer violência com risco de vida do que as esposas que eram ocupacionalmente semelhantes aos seus maridos. No entanto, quando o trabalho do homem é alto em status em relação à ocupação de sua parceira, há uma significativa redução do risco de violência com risco de vida. Em uma revisão de estudos semelhantes, pesquisadores concluíram que se a esposa tiver mais educação ou renda mais alta que o marido, a probabilidade de violência entre marido e filhos aumenta (Babcock *et al.*, 1993).

Para Fernando Acoste (*apud* Atala; Amaral, 2005), tal atitude não é uma doença, um transtorno mental grave. Trata-se de uma questão cultural: o homem deseja dominar para mostrar que é macho. Em outras palavras, pode ser considerada uma “doença cultural coletiva” proveniente de uma cultura patriarcal. Para o machismo, a violência constitui um valor positivo na construção de sua identidade masculina, cujas características são a dureza, força e agressividade.

3 Sobre patriarcado e machismo

A família é o grupo social mais violento e no qual se perpetra mais violência. É mais provável que uma pessoa seja agredida ou assassinada por algum membro familiar ou em sua casa, que em outro lugar por outra pessoa (Arriazu, 2000).

Consta na Declaração das Nações Unidas, na comemoração do Ano Internacional da Mulher em 1980, que “a violência contra a mulher é o crime encoberto mais numeroso do mundo” (ONU, 1980, p. 62), porque, por sua condição, são vítimas de uma série de delitos. A violência doméstica contra a mulher permanece, em uma enorme porcentagem de casos,

oculta e é, muitas vezes, tolerada silenciosamente pelas vítimas, o que provoca sua perpetuação ao longo da história até os dias atuais. Tem sido assim porque há uma série de fatores socioculturais que o permitem.

A sociedade, em geral, se caracteriza pela opressão. Em todas as instituições e estruturas, ou as pessoas dominam ou são dominadas em função da etnia, classe social, religião, idade ou sexo. O sistema de dominação e subordinação mais opressor é o de gênero — também chamado de patriarcado, ele foi a primeira estrutura de dominação e subordinação da história e, ainda hoje, segue sendo um sistema básico de dominação —, ele é, também, o mais poderoso e duradouro sistema de desigualdade, e o que menos se percebe como tal (Arriazu, 2000).

O patriarcado pode ser caracterizado como uma dinâmica de poder direta entre homens e mulheres, na qual os homens, que possuem interesses concretos e fundamentais no controle, uso, submissão e opressão das mulheres, efetivamente alcançam esses objetivos. Essa dinâmica de poder resulta em desigualdade entre os dominantes - os homens - e os subordinados - as mulheres (Arriazu, 2000).

Essa opressão e subordinação estão profunda e poderosamente arraigadas na organização da sociedade, a qual não é consequência do azar ou de outros fatores como a biologia ou a socialização de papéis de gênero. É uma estrutura primária de poder que se mantém de maneira intencional e deliberada.

A sociedade patriarcal considera que a mulher carece de relevância e de valia, em comparação ao homem, e que são eles que devem ocupar predominantemente os postos de maior poder em empresas, na política, no governo e, obviamente, dentro de casa. Às mulheres são atribuídos espaços físicos e simbólicos que não foram escolhidos por elas e que não supõem o reconhecimento nem o poder do coletivo genérico, que os homens reservam para si (Arriazu, 2000). A origem dessa desigualdade está nos povos primitivos, neles, pelas condições adversas da natureza e das ferramentas precárias disponíveis, era o homem que saía em busca de alimento, ajudado por sua força física, enquanto a mulher permanecia cuidando dos filhos e com uma servidão quase permanente ao seu corpo devido à menstruação, gravidez e parto (Arriazu, 2000).

Esse sistema patriarcal perpetuou essa ordem hierarquizada e elaborou toda uma ideologia que o sustenta, dando a ele uma aparência científica. A ênfase está na diferença natural e nos fatores culturais que deram lugar à construção de um ideal de mulher, que atribuí a elas determinadas funções sociais, as domésticas, e certas condutas, tais como a

doçura, a paciência, ou a compreensão, que, por casualidade, eram adequadas para realizar as tarefas que haviam sido designadas anteriormente.

Grandes filósofos da história deixaram algumas reflexões sobre a mulher e suas qualidades. Aristóteles disse que a mulher é fêmea por sua falta de qualidades e que é incapaz de formar uma opinião própria, ou ter critérios próprios. Fica estancada em uma mentalidade infantil. São Tomás definiu as mulheres como um ser sem substância própria, relegada ao plano do puramente ocasional. Rousseau considerou que a mulher havia perdido o estado de natureza e se converteu em um ser falso, mundano e artificial, cuja regeneração a obriga a aprender a viver segundo sua origem (Arriazu, 2000).

Como herança dessa tradição da filosofia ocidental, resulta a visão de que a mulher é um ser corporal, intuitivo, sensível, frágil no aspecto orgânico e, sobretudo, inapta para a lógica e a razão. Assim, se concluiu que a natureza acorrenta a mulher e a complementa com o homem, esse único possuidor do poder intelectual. É nessa ideologia, segundo a qual a melhor situação para todos é aquela que os homens são os dominadores, e nessa ideia de superioridade e dominação de um gênero sobre o outro que se educa as crianças.

A cultura da sociedade engloba tudo, é composta de conceitos, hábitos, artes, moral, leis, costumes, instituições etc. A sociedade impõe ao indivíduo seus costumes e suas crenças. Há uma consciência coletiva que é uma realidade diferente da dos indivíduos, anterior e superior a todos, que se apodera da consciência deles. O gênero, assim como a etnia ou a classe social, é uma parte da estrutura social. É dotado de conteúdo social, que não é natural, como explicado anteriormente, enquanto o sexo, sim, é determinado biologicamente. Simone de Beauvoir disse que “não se nasce mulher, se torna uma” (Beauvoir, 1980, p. 9). Assim, as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres não nos dotam de conteúdo masculino e feminino. Isso é um artifício, uma construção que aprendemos e incorporamos (Arriazu, 2000).

Desde que a pessoa nasce, existe uma indiferente predisposição, percepção e atribuição de características em relação ao mesmo bebê, conforme sua apresentação como menino ou menina. Pouco depois, durante a socialização, se forma as crianças para que adotem e aprendam os papéis e vivam nas esferas da masculinidade ou feminilidade, conforme apropriado. Se instaura neles uma série de papéis genéricos e comportamentais de acordo com as expectativas sociais. Portanto, os meninos e as meninas são privados e censurados se tiverem necessidades ou atuarem de forma que não seja apropriada. Se impede o livre desenvolvimento e a expressão de suas personalidades mediante a proibição, inibição

ou imposição. É assim que os meninos compreendem os padrões de poder e dominação e as meninas os de aceitação e adequação.

Os meninos aprenderão e internalizarão uma série de mitos sobre a masculinidade, tais como (Arriazu, 2000):

- A masculinidade é a forma mais valorizada da identidade genérica;
- O poder, a dominação, a competência e o controle são essenciais como prova de masculinidade;
- A vulnerabilidade, os sentimentos e as emoções no homem são sinais de feminilidade e devem ser evitados. O autocontrole e o controle sobre os outros e sobre seu entorno são essenciais para que o homem se sinta seguro;
- Um homem que pede ajuda ou trata de apoiar-se nos outros mostra sinais de fraqueza, vulnerabilidade e incompetência;
- O pensamento racional e lógico do homem é a forma superior de inteligência para enfocar qualquer problema;
- As relações interpessoais que se baseiam em emoções, sentimentos, intuições e contato físico são consideradas femininas e devem ser evitadas;
- O êxito masculino nas relações com as mulheres está associado à subordinação da mulher por meio do uso do poder e o controle da relação;
- A sexualidade é o principal meio para provar a masculinidade;
- A sensualidade e a ternura são consideradas femininas e devem ser evitadas.

Em razão do gênero são atribuídos papéis sociais e normas sociais, criando a ideia de superioridade no homem, que impõem as decisões aos que não tem poder e tem expectativa de obediência na mulher para que a situação não se inverta. Quando essas expectativas falham, em muitos casos, surge uma situação de violência. A violência, cuja raiz etimológica está no conceito de força, implica o uso da força para provocar dano e, por sua vez, nos remete ao conceito de poder. A violência é sempre uma forma de demonstrar que se ostenta o poder mediante o emprego da força, seja física, psicológica, econômica, política, entre outras, e implica a existência de um “superior” e de um “subordinado” (Arriazu, 2000).

Quem ostenta o poder, além de estar em uma situação privilegiada pelas vantagens de seu *status*, o utiliza para causar dano. Pode-se dizer que abusa de seu poder. O exercício de poder de dominação de um sexo sobre o outro é transversal, independente de ideologia política, do nível cultural ou socioeconômico da vítima e do agressor. Acontece em todos os

níveis, culturais, econômicos e ideológicos, e não é uma violência cega e indiscriminada, pois é exercida sobre indivíduos em posição de inferioridade.

A violência pretende ser um mecanismo de controle social da mulher que serve para reproduzir e manter o *status quo* da dominação masculina. Os homens, como gênero, têm ostentado e ostentam o poder a nível social e, também, no nível do casal. Eles trabalham fora de casa, o que os faz ser mais valorizados socialmente, tem acesso à informação, estão menos isolados, se encontram onde se geram as normas de comportamento, onde se tomam as decisões e onde se analisam os acontecimentos. Eles são os que interpretam a realidade social. Os mandatos culturais e legais (direitos e privilégios) do papel do marido legitimaram historicamente seu poder e dominação sobre a mulher, promovendo sua dependência econômica e garantindo o uso da violência para controlá-la (Arriazu, 2000).

As mulheres, ao contrário, estão subordinadas aos homens e tem sido durante muitos séculos reclusas a suas casas. Quando as mulheres se revoltam por sua desigualdade e querem sair dela, questionam esse sistema de relações de poder e se convertem em uma ameaça aos homens, que não têm como argumentar a manutenção da estrutura social. Surge, então, a violência, que é o único recurso para demonstrar sua superioridade (Arriazu, 2000). Essa consideração, de domínio masculino como base estrutural, faz com que muitos perpetradores não tenham consciência de que estejam fazendo o mal e, enquanto se mantiver a mentalidade geral, parecerá normal o menosprezo e a violência contra a mulher.

Apresentado o fenômeno da violência e a possível relação com a cultura do patriarcado, torna-se importante voltar a algumas características psicológicas. Nesse rumo, é imprescindível relacionar a tristeza com a agressividade na perspectiva da caracterização do transtorno depressivo.

4 Sobre depressão e agressividade

Uma metanálise de mais de 80 estudos (Golding, 1999) revelou uma relação consistente entre vitimização por parceiro íntimo e depressão, assim, a depressão em mulheres sobreviventes de abuso é quatro vezes mais provável do que nas mulheres não abusadas. Taxas de prevalência e associações entre violência e depressão foram consistentes entre estudos com diferentes populações. A descoberta dá suporte à relação entre abuso e depressão. Contudo, não é essa relação que a presente pesquisa pretende discutir, mas, sim, a relação da depressão do agressor com casos de violência doméstica. Afinal, não apenas a tristeza contínua e intensa, ou o estado de ânimo sem esperanças, indica a depressão. Na

realidade, a tristeza como sintoma pode não se manifestar em uma pessoa deprimida, abrindo espaço para a irritabilidade.

A irritação, a instabilidade e a frustração, bem como a tristeza, podem se manifestar em uma pessoa deprimida. As queixas somáticas, o mau humor, os incômodos, as dores físicas, as variações emocionais, entre outros, podem substituir a tristeza como sintoma de um problema emocional como a depressão (ABRATA, 2016). Dessa forma, pode-se afirmar que as manifestações de raiva, como a insensibilidade, a irritabilidade e a agressividade são, às vezes, pedidos de ajuda para sair da escuridão que representa a depressão.

Segundo os critérios do Manual Diagnóstico dos Transtornos Mentais (APA, 2014), um diagnóstico clínico de depressão pode ser realizado se a pessoa mostrar irritabilidade em vez de tristeza. Portanto, se uma pessoa está constantemente mal-humorada, mostra uma ira persistente, uma tendência a responder às situações com ataques de raiva, com um sentimento exagerado de frustração por coisas sem importância, ela pode estar vivenciando um estado de ânimo depressivo patológico. Entretanto, vale a pena mencionar que, do mesmo jeito que a tristeza, a irritabilidade por si só não é critério suficiente para diagnosticar depressão e precisa de outras conotações para ser considerada patológica.

A tristeza e a irritabilidade, por si só, são estados emocionais saudáveis, pois pretendem nos informar de que existe algo que nos incomoda e que está nos prejudicando. Eles somente se transformam em patológicos quando distorcem as nossas vidas e deterioram demasiadamente as nossas esferas sociais e profissionais durante muito tempo (ABRATA, 2016).

De uma maneira geral, é necessário cuidado com a irritabilidade. Pode-se fazer qualquer coisa sem considerar as consequências negativas em nome da irritabilidade. Assim, um estado persistente de instabilidade característica pode chegar a ser devastador. Perder a linha com facilidade, ser pouco tolerante, fazer comentários desagradáveis, sentir nervosismo, manifestar agitação, demonstrar impaciência, ter reações inadequadas, começar a se afastar de certas pessoas por serem desagradáveis, estão entre os comportamentos que indicam que algo não está bem na própria vida e que é preciso tomar medidas.

Portanto, a ira ou a irritabilidade que se manifestam quando padecemos de uma depressão é uma forma de externalizar o que se sente e não está sendo expressado. Isto a faz se sentir afundada, vulnerável, dificultando a sua vida e descompensando o seu ânimo. Isto causa a instabilidade e a dificuldade que essas pessoas têm de realizar suas atividades no dia a dia (Abrata, 2016).

A agressividade é definida como um comportamento claro envolvendo a intenção de infligir estímulo nocivo em relação a outro organismo ou objeto. Diversas doenças

psiquiátricas têm sido associadas ao aumento do índice de agressividade e ao comportamento violento (Mauer, 2017). A agressividade tem assumido uma importância como característica central em quadros maníacos e mistos, independentemente de psicose, e estão normalmente correlacionados ao abuso de substâncias e à ideação suicida. Pacientes maníacos têm apresentado, em estudos prévios, os maiores índices de agressividade entre pacientes internados. Estudos mostram que pacientes com depressão bipolar apresentam mais agressividade do que pacientes com depressão unipolar (Mauer, 2017).

Portanto, se faz necessário pesquisar a relação entre a depressão do agressor e a violência doméstica. Com esse intuito, este estudo fez um levantamento das pesquisas dessa temática para identificar a compreensão da ciência sobre o assunto.

5 Sobre a pesquisa

O presente artigo realizou uma pesquisa bibliográfica por meio de um levantamento junto a quatro banco de dados de pesquisas: SciELO, Redalyc, LILACS e EBSCO. Diversas buscas foram realizadas. No primeiro momento, foram definidos como filtros:

- Os descritores “violência doméstica”, “depressão” e “cultura”;
- Artigos de 2016 a 2020;
- Artigos no Brasil, em português, e de psicologia.

Os resultados dessa busca podem ser observados na Tabela 1, a seguir:

Tabela 1: Número de artigos encontrados por base de pesquisa

Base de dados	Número de artigos pesquisados	Artigos relacionados
Redalyc	101	0
SciELO	2	0
EBSCO	0	0
LILACS	1	0
TOTAL	104	0

Fonte: O autor, 2023.

Em um segundo momento, foi retirado o descritor “cultura” para verificar se haveria um aumento dos artigos pesquisados. Dessa forma, foi observado um aumento nos artigos pesquisados nas bases Redalyc e LILACS, entretanto não houve alteração no número de artigos relacionados. Os resultados dessa busca podem ser observados na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Número de artigos encontrados por Base de Pesquisa, excluído o descritor “cultura”.

Base de dados	Número de artigos pesquisados	Artigos relacionados
Redalyc	197	0
SciELO	2	0
EBSCO	0	0
LILACS	51	0
TOTAL	250	0

Fonte: O autor, 2023.

Em um terceiro levantamento, foi retirado o descritor “depressão” para verificar se haveria um aumento dos artigos pesquisados. Os resultados são apresentados na Tabela 3⁵:

Tabela 3: Número de artigos encontrados por Base de Pesquisa, excluído o descritor “depressão”.

Base de dados	Número de artigos pesquisados	Artigos relacionados
Redalyc	467	1 ⁶
SciELO	114	0
LILACS	140	0
TOTAL	721	1

Fonte: O autor, 2023.

Por último, foi feito um levantamento acrescentando o descritor “agressor” junto à “violência doméstica”, “depressão” e “cultura”. Assim, foram pesquisados 85 artigos, entretanto dentre eles apenas um artigo preenchia os critérios de seleção (o mesmo artigo sobre transtornos de personalidade mencionado na Tabela 3).

6 Considerações finais

Diversas são as pesquisas que relacionam a depressão como consequência da violência doméstica. Apesar disso, muitas das vítimas de tal violência geralmente não encontram suporte de nenhum lado, seja na família ou no Estado. Contudo, o presente artigo procurou discutir a depressão do agressor como um dos fatores desencadeadores da violência doméstica. Há estudos que apresentam um perfil do agressor, como a pesquisa realizada por

⁵ O banco de dados EBSCO não foi pesquisado devido à impossibilidade de acesso.

⁶ O artigo em questão relaciona a violência doméstica com os transtornos de personalidade do agressor.

Atalla e Amaral (2005). Entretanto, esse estudo não identifica se há, ou não, algum tipo de transtorno do humor.

O relatório global da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2019) aponta que a incidência de depressão entre as mulheres é maior do que entre os homens. Por outro lado, pesquisadores como Solomon (2014) questionam se essa informação está correta, ele sugere que talvez a incidência de depressão em homens pode ser menor devido ao subdiagnóstico. Tal sugestão encontra suporte na irritabilidade e agressividade como manifestações da depressão. Afinal, geralmente tais sintomas são desprezados para o diagnóstico de depressão por parte do público em geral. Se uma pessoa apresenta uma tristeza ou melancolia prolongada sugere-se que procure ajuda psicológica ou psiquiátrica, entretanto, ao contrário, se um homem apresenta agressividade por um certo período de tempo, especialmente em casa, geralmente é tratado como um desvio comportamental.

Não se trata de encontrar uma justificativa para a violência contra a mulher, afinal isso não tem justificativa. Trata-se de discutir novos olhares para a saúde pública e, como essa pesquisa observou, dentro de suas limitações, não há estudos sobre a depressão do agressor e sua relação com a violência doméstica. Assim, se faz necessário conhecer melhor essa relação por meio de pesquisas empíricas. Tais pesquisas poderiam identificar a possibilidade de o acompanhamento psicológico do agressor atuar como prevenção a uma incidência, ou reincidência, de violência doméstica. Trata-se, é fato, de uma especulação, mas, tratando-se de violência doméstica, todas as hipóteses deveriam ser investigadas.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014, p. 31-86.

ABRATA. Não só a tristeza indica a depressão, a irritabilidade também. **ABRATA**, Associação Brasileira de Familiares, Amigos e Portadores de Transtornos Afetivos, 18 de ago. de 2016. Disponível em: <http://www.abrata.org.br/nao-so-a-tristeza-indica-depressao-a-irritabilidade-tambem/>. Acesso em: 26 out. 2023.

ARRIAZU, A. D. C. El patriarcado, como origen de la violencia doméstica. **Revista Dialnet**, Monte Buciero, n. 5, p. 307-318, 2000. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=206323>. Acesso em: 26 out. 2023.

ATALLA, A. D.; AMARAL, S. T. Violência doméstica contra a mulher: aspectos econômicos, sociais, psicológicos e políticos do agressor e da vítima. **ETIC - Encontro de Iniciação Científica**, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/939>. Acesso em: 26 out. 2023.

BABCOCK, J. C. *et al.* Power and violence: the relation between communication patterns, power discrepancies, and domestic violence. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 61, n. 1, p. 40-50, 1993. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/14749417_Power_and_Violence_The_Relation_Between_Communication_Patterns_Power_Discrepancies_and_Domestic_Violence. Acesso em: 26 out. 2023.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 26 out. 2023.

DATAFOLHA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4a edição. São Paulo: Datafolha, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

GOLDING, J. M. Intimate Partner Violence as a Risk Factor for Mental Disorders: A Meta-Analysis. **Journal of Family Violence**, v. 14, p. 99-132, 1999. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1022079418229>. Acesso em: 26 out. 2023.

MAUER, S. Agressividade na depressão é sintoma negligenciado, possivelmente associado a bipolaridade e características mistas. **Medscape**, 17 de outubro de 2017. Disponível em: https://portugues.medscape.com/verartigo/6501642_2?pa=Q57026YL83toSbSa3Ofd1qrC5ooluRt3gCVSf4j8d3E563Hp7OIt%2BqxrWwC0XAB%2FJyGvMX%2Fu%2BWdIXoARf%2FT0zw%3D%3D. Acesso em: 26 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Relatório da 2ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Copenhague (1980)**: “Educação, Emprego e Saúde”. II Conferência Mundial da Mulher, Copenhague, 1980. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhague.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Mulher e saúde – Evidências de hoje, agenda de amanhã**. Brasília: Organização Mundial da Saúde, 2009. Disponível em: <https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/mulheres-saude-evidencias-hoje-agenda-amanha.pdf>. Acesso em: 26 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Prevenção da Violência Sexual e da Violência pelo Parceiro Íntimo Contra a Mulher: Ação e produção de evidência**. Brasília: Organização Mundial da Saúde, 2012, p. 11-17. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/3661/Prevencao%20da%20violencia%20sexual%20e%20parceiro%20intimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **Relatório Mundial de Saúde Mental**. Genebra: OMS, 2019.

ORIGEM da Palavra. **Site de etimologia**, 2023. Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/site/pergunta/origem-da-palavra-violencia>. Acesso em: 4 abr. 2020.

SOLOMON, A. **O demônio do meio-dia**: Uma anatomia da depressão. Trad. Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.